

“Eles não têm peito para intervir na Saúde”

JORNAL DO BRASIL

Em entrevista ontem, em Ceilândia, o governador Roriz desafiou o Ministério Público que pede intervenção no setor

27 AGO 2003

SÉRGIO PARDELLAS

O governador Joaquim Roriz voltou a atacar ontem os procuradores do Ministério Público com quem trava um briga judicial pelo controle da Saúde no DF.

Em entrevista concedida durante as comemorações pelo aniversário de 22 anos do Hospital Regional de Ceilândia, Roriz garantiu não ter receio de uma intervenção na Saúde porque os procuradores “não têm poder, autoridade, nem peito para fazê-lo”:

– Não vão intervir. Nós não estamos fazendo política, estamos levando benefícios à sociedade. Essa gente não sabe o que diz e deveria distribuir um pouco da fortuna que eles ganham – afirmou.

Minutos antes, em discurso, o governador insinuou que o governo federal

tem pautado as indicações para cargos na área da Saúde pelo critério político. O governador lembrou a crise no Instituto Nacional do Câncer (Inca), instalada na última semana quando cinco diretores pediram demissão. Os diretores acusaram a coordenadora de Administração, Zélia Abdulmálich, de incompetência.

– Foi um problema de natureza política porque foi indicada para dirigir o Inca uma senhora que tinha sido diretora de Parques e Jardins – ressaltou.

A intervenção na Saúde do DF, pedida na Justiça Federal pelo Ministério Público

no mês passado, tem insuflado a contenda pública entre o governo local e os procuradores. O secretário de Saúde, Arnaldo Bernardino, tem debitado na conta do governo federal o que classifica de “conduta política” em relação ao processo que pede o fim da ges-



Arquivo JB

O secretário de Saúde, Arnaldo Bernardino, defendeu-se ontem na Justiça Federal

tão plena dos recursos do SUS.

Ontem, em audiência conciliatória com o juiz Márcio Barbosa Maia, da 8ª Vara de Justiça, o GDF comprometeu-

se a apresentar, nos próximos 40 dias, uma contra-proposta aos problemas levantados em auditorias pelos procuradores e Ministério da Saúde na ação de

intervenção. Em caso de acordo, o processo será arquivado e os compromissos firmados serão acompanhados pela Justiça.

A decisão judicial irá balizar a decisão do ministro Humberto Costa sobre a recomendação do Conselho Nacional de Saúde pelo fim da autonomia do GDF nos repasses federais. De acordo com o secretário-executivo do ministério, Gastão Vágner, as irregularidades detectadas no setor em inspeções da força-tarefa do governo continuam ocorrendo de forma sistemática no DF.

– Esperamos respostas para falhas no Programa Saúde da Família (PSF), no abastecimento de medicamentos, nas máquinas de hemodiálise, nos contratos das empresas de alimentação, vigilância e segurança, no Fundo de Saúde e no Cartão do SUS – argumentou.

pardellas@jb.com.br